



GOVERNO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA EXECUTIVA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEASS

CURSO: Diagnóstico Socioterritorial com foco no Enfrentamento do Trabalho Infantil. – 20 HORAS

MÓDULO – 1 / Infância, História e Política Social no Brasil

EMENTA	CARGA HORÁRIA	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDO / ENFOQUE	TÉCNICAS E RECURSOS DIDÁTICO
Concepções de infância e transformações sociais.	05h	Compreender a infância como uma construção social e histórica; Identificar diferentes concepções de infância ao longo do tempo e seus impactos nas políticas públicas.	- Concepções de infância na historiografia: de Philippe Ariès a autores contemporâneos; - Desigualdades de classe, raça e gênero na vivência da infância no Brasil; - A infância como campo de disputas simbólicas e políticas.	Textos-base e exercícios de avaliação com questões de múltipla escolha.
Exploração histórica de crianças e adolescentes explorados no mundo do trabalho adulto no Brasil.		Analisar o papel histórico do trabalho infantil nas formações econômicas e sociais brasileiras. Refletir sobre a naturalização da exploração do trabalho de crianças e adolescentes.	- Crianças e adolescentes explorados no mundo do trabalho adulto na Colônia e Império: escravidão, exploração indígena e ofícios; - Crianças e adolescentes explorados no mundo do trabalho adulto na industrialização e na Primeira República; - Institucionalização e controle da infância pobre no século XX (FEBEM, assistência filantrópica).	



GOVERNO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA EXECUTIVA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEASS

• Políticas sociais para crianças e adolescentes: da assistência à proteção integral.		Ampliar a compreensão sobre a vinculação histórica de crianças e adolescentes explorados no mundo do trabalho adulto com a falta de proteção social e garantia de direitos.	• Considerações do autor sobre a construção social e histórica presente no texto.	
• O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como marco da proteção		Compreender a doutrina da proteção integral e seus fundamentos jurídicos; Analisar as principais inovações trazidas pelo ECA no enfrentamento a crianças e adolescentes explorados no mundo do trabalho adulto.	• A Constituição de 1988 e a prioridade absoluta dos direitos da criança e do adolescente; • O ECA: princípios, estrutura e avanços. • A ruptura com a lógica menorista e a consolidação do paradigma da proteção integral.	



GOVERNO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA EXECUTIVA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEASS

MÓDULO – 2 / Crianças e adolescentes explorados no mundo do trabalho adulto: Conceitos, Normativas e Panorama Atual				
EMENTA	CARGA HORÁRIA	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDO / ENFOQUE	TÉCNICAS E RECURSOS DIDÁTICOS
Conceitos de trabalho infantil e piores formas (Lista TIP/OIT).	5h	Diferenciar trabalho infantil, aprendizagem e trabalho protegido; Identificar as piores formas de trabalho infantil segundo a Lista TIP e a OIT.	- Definições de trabalho infantil: nacional e internacional; - Convenções da OIT (138 e 182); - A Lista TIP (Decreto n.º 6.481/2008): setores e atividades proibidas para crianças e adolescentes.	Textos-base e exercícios de avaliação com questões de múltipla escolha.
Marco normativo nacional e internacional.		Conhecer os principais marcos legais de proteção contra crianças e adolescentes explorados no mundo do trabalho adulto; Analisar como esses instrumentos se articulam com a política pública brasileira.	- Constituição de 1988, ECA e CLT; - Programas nacionais (PETI, Plano Nacional de Prevenção e Erradicação); - Normativas internacionais e seu impacto no Brasil.	
Panorama atual: levantamentos recentes(PNAD, IBGE, Observatórios).		Interpretar dados sobre crianças e adolescentes explorados no mundo do trabalho adulto no Brasil; Relacionar os dados às desigualdades socioeconômicas e regionais.	- PNAD Contínua 2023: números e tendências; - Diagnóstico ligeiro sobre crianças e adolescentes explorados no mundo do trabalho adulto; - Observatórios e estudos técnicos (FNPETI, OIT, MTE).	



GOVERNO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA EXECUTIVA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEASS

Impactos das crianças e adolescentes explorados no mundo do trabalho adulto no desenvolvimento integral.		Compreender os efeitos físicos, emocionais e sociais de crianças e adolescentes explorados no mundo do trabalho adulto; Analisar as consequências para a trajetória educacional e laboral futura.	- Consequências para saúde física e mental. - Efeitos sobre escolarização e evasão. - Ciclos intergeracionais de pobreza e exclusão.	
--	--	---	--	--



GOVERNO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA EXECUTIVA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEASS

MÓDULO – 3 / Crianças e adolescentes explorados no mundo do trabalho adulto e Questões Estruturantes				
EMENTA	CARGA HORÁRIA	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDO / ENFOQUE	TÉCNICAS E RECURSOS DIDÁTICOS
Fome e insegurança alimentar.	5h	Analisar a relação entre insegurança alimentar e a inserção precoce no trabalho; Discutir políticas públicas de combate à fome como estratégias preventivas.	- Insegurança alimentar: conceitos e indicadores; - A fome como motor do trabalho precoce; - Programas como o Bolsa Família e o Pé-de-Meia e seu impacto.	Textos-base e exercícios de avaliação com questões de múltipla escolha.
Desigualdades estruturais e estruturantes.		Compreender as dimensões interseccionais das crianças e adolescentes explorados no mundo do trabalho adulto (raça, gênero, território); Relacionar desigualdades históricas com a persistência da exploração infantil.	- Infância negra e indígena: vulnerabilidades específicas; - Mulheres chefes de família e sobrecarga do cuidado; - Questão social e as crianças e adolescentes explorados no mundo do trabalho adulto como expressão dessa realidade.	
Economia popular, renda do trabalhador e informalidade.		Analisar como a precarização do trabalho adulto sustenta crianças e adolescentes explorados no mundo do trabalho adulto. Identificar os setores mais associados à exploração de crianças e adolescentes.	- Informalidade, pobreza e inserção precoce; - Economia popular e sobrevivência familiar.	



GOVERNO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA EXECUTIVA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEASS

			Setores econômicos que concentram crianças e adolescentes explorados no mundo do trabalho adulto.	
Políticas de transferência de renda: Bolsa Família, Pé-de-Meia e cofinanciamento federal.		Conhecer programas de transferência de renda e seu papel na redução de crianças e adolescentes explorados no mundo do trabalho adulto; Avaliar o cofinanciamento federal como mecanismo de fortalecimento do SUAS.	- Bolsa Família: condicionalidades e impacto. - Pé-de-Meia: incentivo à permanência escolar. - Cofinanciamento federal: critérios e desafios.	



GOVERNO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA EXECUTIVA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEASS

MÓDULO – 4/ Estratégias de Enfrentamento: Intersetorialidade e Redes de Proteção				
EMENTA	CARGA HORÁRIA	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDO / ENFOQUE	TÉCNICAS E RECURSOS DIDÁTICOS
Papel do SGDCA.	5h	Compreender a estrutura e o funcionamento do Sistema de Garantia de Direitos. Analisar o papel dos Conselhos e órgãos de proteção no enfrentamento a crianças e adolescentes explorados no mundo do trabalho adulto.	- Estrutura do SGDCA. - Conselhos Tutelares, Conselhos de Direitos e articulação com o SUAS. - Defesa e responsabilização.	Textos-base e exercícios de avaliação com questões de múltipla escolha.
Fluxos de articulação intersetorial.		Desenvolver estratégias de integração entre políticas públicas para prevenção a crianças e adolescentes explorados no mundo do trabalho adulto. Mapear fluxos de atendimento e encaminhamento no território.	- Interfaces SUAS, saúde, educação, cultura, esporte e trabalho. - Protocolos intersetoriais e fluxos de atendimento. - Planejamento de ações articuladas no território.	



GOVERNO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA EXECUTIVA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEASS

Mobilização social, campanhas e incidência política.
Experiências exitosas no enfrentamento a crianças e adolescentes explorados no mundo do trabalho adulto.

Identificar estratégias de mobilização comunitária contra crianças e adolescentes explorados no mundo do trabalho adulto; Desenvolver ações de articulação com a sociedade civil organizada de incidência política local.	- Campanhas nacionais e locais: experiências e desafios. - Participação social e mobilização comunitária.
Conhecer boas práticas de prevenção e erradicação de crianças e adolescentes explorados no mundo do trabalho adulto no Brasil e no mundo. Analisar a aplicabilidade dessas experiências nos territórios locais.	- Projetos e programas nacionais e internacionais de sucesso. - Estratégias inovadoras de prevenção. - Reflexões sobre replicabilidade e adaptação local.



GOVERNO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA EXECUTIVA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEASS

• Leitura e análise dos dados e consolidação do relatório.	Compreensão do processo final da elaboração do diagnóstico, fundamental para a proposição de ajustes, do planejamento e elaboração das políticas públicas nos territórios, para o enfrentamento de crianças e adolescentes explorados no mundo do trabalho adulto.	• Considerações sobre a análise de conteúdo. • Considerações sobre a formulação e reformulação das políticas públicas e ações para eliminação ou prevenção do trabalho infantil e adolescentes explorados no mundo do trabalho adulto, com base no resultado do diagnóstico.
--	---	--



SECRETARIA EXECUTIVA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEASS

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, Distrito Federal: 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional e Assistência Social. Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS. Brasília, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social. Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006. Brasília, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social. Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. Brasília, 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Dispõe sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV. Resolução nº 01, de 21 de fevereiro de 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Expansão e qualificação do Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade. Resolução nº 18, de 05 de junho de 2014. Brasília, 2014.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Resolução n.º 119, de 11 de dezembro de 2006. Brasília, 2006.

Caderno de Estudos do Curso de Indicadores para Diagnóstico do SUAS e do Plano Brasil sem Miséria. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2013.

Caderno de Orientações Técnicas para Aperfeiçoamento da Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2018.



SECRETARIA EXECUTIVA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEASS

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Dispõe sobre as ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – SUAS e o critério de elegibilidade do cofinanciamento federal para os exercícios de 2013/2014 destinado a Estados, Municípios e Distrito Federal com maior incidência de trabalho infantil e, dá outras providências. Resolução n. 08, de 18 de abril de 2013. Brasília, 2017.

Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – FNPETI. Informações sobre o trabalho infantil. Disponível em: <http://www.fnpeti.org.br>

GUIMARÃES, A. C. P. Violação aos direitos da criança e do adolescente. Uma análise sobre a exploração do trabalho infantil no Brasil. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 25, n. 6323, 23 out. 2020. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/85967>.

JANNUZZI, P. de M. Indicadores Sociais na Formulação e Avaliação de Políticas Públicas (2002).

JUNIOR, J.B. Curso de Atualização em Indicadores para Diagnóstico e Acompanhamento do SUAS e Estratégias de Enfrentamento à Pobreza, SAGI, 2017.

Lei Orgânica de Assistência Social, LOAS anotada, 34p. MDS, 2009.

LEITE, M. B; SANTOS, J. L. S. Trabalho: atividade vital, exploração e alienação - uma análise à luz da teoria. Artigo: VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, 2013.

MEDEIROS, J. Texto: Indicadores para Diagnóstico e Acompanhamento do SUAS. Site GESUAS, 2021. Disponível em: <https://www.gesuas.com.br/blog/>

NUNES, A. R. S. Políticas Públicas. Tomo Direitos Difusos e Coletivos, Edição 1, julho de 2020.

OLIVEIRA, J. R. Crianças e adolescentes, concepção e trajetória histórica até a Proteção Integral. Recife, 2021.

OLIVEIRA, N. Texto: Diagnóstico Socioterritorial – Veja como fazer! Site GESUAS, 2021. Disponível em: <https://www.gesuas.com.br/blog/>

PAGANINI, Juliana. Trabalho infantil no Brasil: uma história de exploração e sofrimento. Amicus Curiae V.5, N.5 (2008), 2011.

ROQUE, T. G; ALKIMIN, M. A. O trabalho infantil e suas implicações nos direitos fundamentais infanto-juvenis: reflexos na educação e na saúde. Programa de Mestrado em Direito do Centro Universitário Salesiano -U. E.- Lorena. São Paulo, 2020.



GOVERNO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA EXECUTIVA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEASS

SILVA, L. Texto: Vulnerabilidade e Risco Social – Compreendendo o objeto do diagnóstico socioterritorial, Jaboatão dos Guararapes, 2021.

SILVA, L. Texto: Diagnóstico Socioterritorial – Conceito, Etapas e Responsabilidades. Jaboatão dos Guararapes, 2021.

SOUSA, A. M. V. Políticas Públicas no combate ao trabalho infantil no Brasil: as implicações econômico-sociais que dificultam sua efetividade. XXIII Congresso Nacional do CONPEDI. Paraíba, 2014.

Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012.

Território Vulnerável e Desenvolvimento Humano Uma Análise à Luz da Política Pública de Assistência Social. PIZZIO, Alex; SILVA, Márcia M, C. Revista Desenvolvimento em Questão. Editora Unijuí, ano 14, n. 35, jul./set, 2016

Vulnerabilidade e risco: apontamentos teóricos e aplicabilidade na Política Nacional de Assistência Social. Revista: O Social em Questão, Ano XXII, nº 44, 2019.